

## ARTIGO

# **OS PAULISTAS E OS OUTROS: FAMA E INFÂMIA NA REPRESENTAÇÃO DOS MORADORES DA CAPITANIA DE SÃO PAULO NAS LETRAS DOS SÉCULOS XVII E XVIII**

## ***PAULISTAS AND THE OTHERS: FAME AND INFAMY IN THE REPRESENTATION OF THE HABITANTS OF THE CAPITANIA OF SÃO PAULO IN THE XVII AND XVIII CENTURIES***

ALBERTO LUIZ SCHNEIDER\*

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é rastrear a genealogia de textos em torno da imagem dos antigos moradores de São Paulo nos séculos XVII e XVIII. Nesse período surge uma autêntica “legenda negra”, que associou os paulistas à rebeldia e a mestiçagem indígena (e mesmo judaica), logo, de “sangue infecto”. A imagem de maus súditos e maus cristãos foi criada pelos “outros”, fossem jesuítas espanhóis como Ruiz de Montoya (1585-1652), ou mesmo portugueses, como o padre António Vieira (1608-1697), ou o erudito Rocha Pitta (1660-1738), natural da capitania da Bahia. No final do século, letrados da própria capitania de São Paulo, fundamentalmente Pedro Taques (1714-1777) e frei Gaspar Da Madre de Deus (1715-1800) buscaram desfazer a “lenda negra” e ensinaram outra, “dourada”, apresentando os antigos paulistas em tom heroico, como homens de força e coragem incomum, conquistadores de terras, homens e metais preciosos.

**PALAVRAS-CHAVE:** São Paulo colonial, lenda negra, lenda dourada, Pedro Taques, Madre de Deus.

### **ABSTRACT**

The purpose of this article is to track the genealogy of texts around the image of the old inhabitants of São Paulo in the seventeenth and eighteenth centuries. During this period arises an authentic “black legend”, which associated the paulistas to rebellion and to indigenous (and even jewish) mestizaje, and so, of “infected blood”. The image of bad subject and bad christian was created by the “others”, whether Spanish Jesuits as Ruiz de Montoya (1585-1652), or even Portuguese, as Father Antonio Vieira (1608-1697), or the scholar Rocha Pitta (1660-1738), born in the Capitania of Bahia. At the end of the century, scholars of the Captaincy of São Paulo, fundamentally Pedro Taques (1714-1777) and Friar Gaspar da Madre de Deus (1715-1800), sought to undo the “black legend” and carry forward another, a “golden” one, presenting the old paulistas in heroic tone, as men of strength and uncommon courage, conquerors of lands, men and precious metals.

**KEYWORDS:** São Paulo, colony, black legends, golden legend, Pedro Taques, Madre de Deus.

Desde o século XVII os moradores da Capitania de São Vicente<sup>1</sup> foram objeto de uma persistente detração. A legenda negra sobre os antigos paulistas é um intrincado emaranhado de representações sociais e culturais próprias do Antigo Regime submetidos as condições materiais e mentais da colonização portuguesa na América. As múltiplas camadas de historicidade que a legenda negra sofreu não se limitaram à produção letrada, mas os papéis doutos tiveram ativa função na legitimação dessas representações.

A controvérsia entre diferentes memorialistas dos séculos XVII e XVIII constituiu um dos mais complexos e longevos círculos hermenêuticos da formação colonial. A documentação luso-brasileira deste período é farta de considerações ora benevolentes e, mais frequentemente, hostis aos paulistas, em geral associando-os à vida rude, e semisselvagem. Em 1628, durante a União Ibérica (1580-1640), Dom Luís de Céspedes Xería – nomeado por Filipe IV de Espanha governador do Paraguai – passou pela Vila de São Paulo de Piratininga a caminho de Assunção pelo interior do continente.<sup>2</sup> Xería escreveu páginas pouco lisonjeiras sobre os moradores da vila, gente dada a “latrocínios em vida tan infame y indigna de cristianos”, capazes de crueldades, trayciones y vellaquerias”.<sup>3</sup>

Os ataques paulistas às reduções do Guairá, em 1628 e 1629, lideradas respectivamente pelos sertanistas Raposo Tavares e Manuel Preto geraram imediata resposta dos jesuítas espanhóis. Já em 1629, o padre Mansilla escreveu ao Geral da Companhia de Jesus acusando os moradores de São Paulo como “gente desalmada y levantada que haze caso ni de las leys del Rey ni de Dios”.<sup>4</sup> A percepção de que os paulistas não temiam a Deus e não se submetiam ao rei se tornaria, ao longo do século XVII, um autêntico *topos*, para qual concorreram ativamente os escritos dos padres espanhóis da Província jesuítica do Paraguai. Indignados com os ataques dos paulistas às missões do Guairá, Tape e Itatim – a fim de escravizar, ilegalmente, índios cristianizados – o importante jesuíta Antonio Ruiz de Montoya (1585-1652) escreveu uma poderosa denúncia das

incursões dos paulistas. Em 1639, Montoya publicou o famoso *Conquista Espiritual*. No livro, de repercussão na Europa católica, a detração dos paulistas assumiu proporções muito maiores, deixando inclusive, seguidores, como Nicolau del Trecho, que veio a publicar, em 1663, sua *História de la provincia de Paraguay de la companhia de Jesus*. A obra dava sequência à detração dos paulistas como inimigos da evangelização dos índios. A oposição de Montoya aos paulistas não se limita a escrever e fazer circular papéis eruditos. Ainda na década de 1630, o padre escreveu ao rei solicitando o direito de armar os índios a fim de se defenderem dos homens de São Paulo:

Senhor,

Antonio Ruiz de Montoya, da Companhia de Jesus, Procurador da Província do Paraguai, em nome da dita Província e reduções (...) que com tanto trabalho e gosto da Fazenda Real tem a Companhia fundados na dita Província disse que as ditas reduções de alguns anos a esta parte recebera, muito dano e menoscabo pela muita mortandade que tem havido nelas, assim dos índios infiéis de quem estão próximos como das invasões que os vizinhos de São Paulo fizeram, cativando muitos índios e matando outros e alguns religiosos da dita Companhia por querer ampará-los e defendê-los, o que é inteiramente contra a promulgação do Santo Evangelho e ensino dos já convertidos, pois resulta leva-los cativos assim os ditos índios gentios, como os vizinhos de São Paulo para vende-los no Brasil para os engenhos de açúcar, por motivo do que vai tudo em grande diminuição por estarem as fitas reduções a mais de 100 léguas da cidade de Assunção, cabeça do Governo do Paraguai, de onde é impossível ter algum socorro para sua defesa, como consta do fato, pois nas invasões que os ditos vizinhos de São Paulo [fizeram] não foram socorridos e ajudados, pelo que os ditos vizinhos de São Paulo cativaram e levaram como escravos muitos índios e reduções inteiras, como consta pelo apoio que V. M. se serviu despachar para a recuperação dos ditos povos, os quais é impossível que se possam doravante guardar e defender em defesa com armas de fogo, como os demais que usam e exercem os vassalos de V. M. para defender suas reais terras e vassalos, que de outro modo será impossível caso os vizinhos de São Paulo voltem a infestar aquelas reduções pelo que:

A V.M. pede e suplica fazer-lhe mercê de mandar das licenças para que as ditas reduções tenham as armas de fogo necessárias para defende-se das invasões quem fazem os ditos vizinhos de São Paulo, tão danosas aos ditos índios e suas reduções, pois se não há com que defende-las, ficarão todas desertas como estão muitas que eram as melhores que havia naquelas províncias (...) <sup>5</sup>

A expulsão dos padres jesuítas pelos moradores de São Paulo, em 1640, só agravou a má fama dos paulistas, considerados rebeldes indômitos, violentos, pouco respeitosos da sua condição de cristãos e súditos. A infâmia tinha, no entanto, uma contraparte, a extraordinária fama de guerreiros. Em *Informação do Estado do Brasil e de suas necessidades*, escrito, provavelmente, entre as décadas de 1680 e 1690, os paulistas foram apresentados como

[...] homens capazes de penetrar todos os sertões por onde andam continuamente, sem mais sustento que coisas do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas, raízes e vários paus e não lhes é molesto andarem pelos sertões por anos pelo hábito que feito aquela vida. <sup>6</sup>

O Padre Antônio Vieira (1608-1697) sugeriu a Salvador Correia de Sá e Benevides (1602-1688), quando governador da Capitania do Rio de Janeiro, entre 1637 e 1641, que, se quisesse tomar Buenos Aires, utilizasse os homens de São Paulo, pois eram os “mais valentes soldados do Brasil, e para aquela guerra os melhores do mundo”. <sup>7</sup> É preciso lembrar que Vieira, o mais notável jesuíta de seu tempo, era acerbo adversário dos paulistas e crítico contumaz da escravização indígena, como se pode ver em carta de sua lavra, datada de 1653:

Na primeira carta disse a V. Rev. a grande perseguição que padecem os índios, pela cobiça dos portugueses em os tornarem cativos. Nada há de dizer de novo, senão que ainda continua a mesma cobiça e perseguição, a qual cresceu ainda mais. No ano de 1649 partiram os moradores de São Paulo para o sertão, em demanda de uma nação de índios distantes daquela capitania muitas léguas pela terra adentro, com a intenção de os arrancarem de suas terras e os trazerem às de São Paulo, e aí se servirem deles como costumam! <sup>8</sup>

A fama dos homens de São Paulo como guerreiros temíveis se espalhou pela colônia, tanto que foram chamados a combater os tapuias, na Guerra dos Bárbaros, em fins do século XVII, quando a criação de gado vacum deitava raízes pelos sertões profundos.<sup>9</sup> Os paulistas – com suas técnicas indígenas e seus guerreiros carijós – foram, também, escalados para combater os negros aquilombados nos Palmares, efetivamente derrotados apenas na última década do século XVII, quando o sertanista Domingos Jorge Velho foi contratado para fazer uma guerra de morte aos negros fugidos para os ermos da capitania de Pernambuco, hoje Alagoas.

A força guerreira dos paulistas vinha das técnicas de combate indígenas, bem como da capacidade de percorrer longas distâncias quase sem bagagem, pois tiravam o provimento da mata. A capacidade de sobreviver com frutos silvestres, caça e pesca em situações inóspitas davam aos homens de São Paulo vantagens extraordinárias. Razão pelas quais foram *contratados* pelas autoridades coloniais para combater os tapuias e quilombolas. Disse o governador de Pernambuco, Souto Maior: “(...) por estes homens serem os verdadeiros sertanejos (...), os requeri para esta conquista dos Palmares”.<sup>10</sup> Ainda de acordo com o governador-geral Frei Manuel da Ressureição, os paulistas eram “gente acostumada a penetrar nos sertões e tolerar as fomes, sedes e inclemências dos climas e dos tempos”.<sup>11</sup> Os paulistas aceitavam a encomenda militar em troca de peças (índigenas escravizados), sesmarias na região dos combates, hábitos das ordens militares, bem como a prestigiosa Ordem de Cristo e outros cargos e honrarias.<sup>12</sup> Sobre isso, é significativa a carta de João da Cunha Souto-Maior, capitão-general e governador de Pernambuco, datada de 03 de março de 1687. Embora longa, a citação é rica para demonstrar o quanto a Coroa, quando convinha, não hesitava em valer-se dos serviços militares dos paulistas.

Capítulos e condições, que concede o Sr. Governador João da Cunha Souto-Maior ao coronel Domingos Jorge Velho, para conquistar, destruir e extinguir totalmente os negros levantados dos Palmares com a sua gente e oficiais, que o

acompanham, tudo na forma referida, e ele se obriga nestes artigos a executar o deduzido. Que o Sr. Governador dá ao dito coronel dois quintais de pólvora e dois de chumbo para a primeira entrada (...).

1. Que lhe mandara dar o Sr. Governador 600 alqueires de farinha entre milho e feijão (...).
2. Que o Sr. Governador dá mais de mil cruzados de fazenda, entrando armas de fogo e outros apetrechos de campanha.
3. Que o Sr. Governador lhe larga os quintos, que das prezas tocarem a Sua Majestade e joia sua, para que tudo possa o dito coronel Domingos Jorge Velho repartir entre si e seus oficiais, na forma que lhe parecer.
4. Que depois de extinguidos os ditos negros não poderão servir deles nestas capitânicas, e será ele, Domingos Jorge, obrigado a mandar pôr nesta praça do Recife todas as prezas, para dela as mandar vender no Rio de Janeiro ou a Buenos Aires.
5. Que o Sr. Governador dará aos mesmos conquistadores referidos sesmarias nas mesmas terras dos Palmares, que estiverem livres, para as poderem povoar e cultivar como suas, vivendo sujeitos e as mesmas terras ao domínio de Sua Majestade, que Deus guarde.
6. Que o dito Domingos Jorge se obriga a não consentir negro algum que fuja a seu senhor para as fitas terras e povoações; mas antes os mandará logo entregar a seus senhores.
7. Que tendo notícia que existe alguns mocambos ou quilos nestes sertões, quer e promete nestas capitulações de os mandar cativar e extinguir onde quer que assistirem, e na sua venda usará como fica disposto no cap. 5.

(...)

13. Que o Sr. Governador dá poder ao coronel Domingos Jorge Velho para mandar prender a qualquer morador destas capitânicas, que com evidência lhe constar socorre aos negros dos Palmares; e o terá no seu arraial seguro, até mandar tomar conhecimento do crime, ou dispor dele o que lhe parecer, sem embargo ser pessoa de qualquer qualidade.

E para firmeza assinaram todos aqui com o Sr. Governador debaixo do selo e sinete de armas do dito Sr., o qual ordena se registrem estes artigos na secretaria deste governo, e nas mais partes aonde tocar, para que conste em qualquer tempo.

Olinda, 3 de março de 1687.<sup>13</sup>

Além de jesuítas, há uma série de outras vozes luso-americanas que atestam o modo negativo com que os paulistas foram vistos ao longo do século

XVII, o “período da caça ao índio”, na linguagem historiográfica de Affonso de Taunay. As autoridades coloniais partilhavam do *topos* segundo o qual os paulistas seriam indômitos, sem lei, quase nômades, como indica a apreciação do governador do Estado do Brasil entre 1690 e 1694, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, em documentação de 1692.

Assim que me parece inútil persuadi-los que façam serviço a Vossa Majestade, porque são incapazes, e vassalos que Vossa Majestade tem rebeldes, assim em São Paulo, donde são moradores, como no sertão, donde vivem o mais do tempo; e nenhuma ordem do governo geral guardam, nem as leis de Vossa Majestade.<sup>14</sup>

Segundo o historiador Russel-Wood, os moradores do planalto paulista apresentavam grande especificidade cultural a ponto de poderem ser definidos como um grupo étnico específico, bastante diferentes dos reinóis e das populações do litoral açucareiro.<sup>15</sup> Na documentação colonial há inúmeras alusões aos paulistas como uma gente dotada de códigos culturais singulares e já distantes das demais populações da América portuguesa, patente no uso corriqueiro da língua geral e em uma série de hábitos culturais herdados da larga convivência com as populações indígenas, inclusive no tocante a cultura material.<sup>16</sup> A convivência com os indígenas, embora pautada pela violência e pela escravidão, gerou uma cultura particular, a ponto de Domingos Jorge Velho sentir-se na obrigação de explicá-la em carta ao rei. Para o sertanista predominava entre os paulistas o “costume da frugalidade com que são criados neste sertão, (...) sem galas no vestir”.<sup>17</sup> O próprio governador do Rio de Janeiro, Antônio Paes de Sande, descreveu os paulistas como

(...) briosos, valentes, impacientes da menor injúria, ambiciosos de honra, amantíssimo da sua pátria, benéficos aos forasteiros, e adversíssimos de todo ato servil, pois até aquele cuja muita pobreza (...) se sujeita antes a andar no sertão me busca de quem o sirva, do que servir a outrem um só dia.<sup>18</sup>

Além da clara referência a caça aos indígenas, que indispôs os moradores do planalto com os jesuítas, Paes de Sande nota a avidez com que os paulistas buscam honrarias, cargos e mercês, bem como a predisposição em servir ao rei apenas mediante recompensa pré-determinada. Em 1694, Paes de Sande afirmou que os paulistas apenas arriscam suas vidas e fazendas no descobrimento das minas quando os interessava, pois “nunca serviam a seu rei nem ao bem público<sup>19</sup>” pela obrigação de súditos. A historiadora Adriana Romeiro explora o quanto a linguagem e a prática política dos paulistas rompiam com a cultura política do Antigo Regime, ferindo a noção de subserviência e compromisso corporativo que marcava a relação entre polos desiguais de poder.

O teor contratualista das suas relações com a Coroa implicava que a gente de São Paulo não estava obrigada a prestar vassalagem a que estavam obrigados todos os habitantes do Reino e do Império português, da qual faziam parte os feitos e serviços prestados ao rei, considerados expressão de fidelidade.<sup>20</sup>

A fama positiva rapidamente virava infâmia. Os chefes paulistas, apesar de algum esforço em apresentar-se como leais súditos, deixavam transparecer que atuavam de acordo com seus interesses, como fica evidente na carta de Domingo Jorge Velho ao rei, em 1694.

Primeiramente nossas tropas com que imos a conquista do gentio brabo desse vastíssimo sertão, não é de gente matriculada nos livros de Vossa Majestade nem obrigada por soldo, nem por pão de munição; são umas agregações que fazemos alguns de nós, entrando cada um de nós com os servos de armas que tem e juntos imos ao sertão desse continente não para cativar (com alguns hipocondríacos pretendem fazer crer Vossa Majestade) senão para adquirir o tapuia gentio brabo comedor da carne humana para o reduzir ao conhecimento da urbana humanidade (...) para por esse meio chegarem a ter aquela luz de Deus e dos mistérios da fé católica que lhes basta para sua salvação (...). E se depois nos servimos deles em nossas lavouras, nenhuma injustiça lhes fazemos, pois tanto é para os sustentarmos a eles e a seus filhos como a nós e aos nossos: e isso bem longe de os cativar, antes se lhes faz um irremunerável serviço em os

ensinar a saberem lavrar, plantar, colher e trabalhar para seu sustento, cousa que antes que os brancos lho ensinarem, Eles não sabem fazer.<sup>21</sup>

Não é o objetivo deste artigo explorar a dimensão contratualista das práticas políticas dos antigos paulistas como fez, com rigor e erudição, a historiadora Adriana Romeiro.<sup>22</sup> Mas convém insistirmos que a Guerra dos Emboabas (1707-1709), reuniu contra os paulistas os novos e os velhos inimigos, atualizando legenda negra em torno dos homens de serra acima. A guerra, ainda no início da ocupação das Gerais, opôs os descobridores paulistas aos forasteiros, oriundos do litoral açucareiro e do Reino. Liderados por Manuel Nunes Viana, os “emboabas” afrontaram os paulistas e o aclamaram governador, à revelia das autoridades reais. A guerra na região das minas obrigou o governador D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre a se deslocar do Rio de Janeiro, a fim de tentar controlar a situação. Os paulistas se apresentaram como fiéis ao rei, no entanto, afirma Laura de Mello e Souza, fontes sugerem que, quando da viagem ‘pacificadora’ de Antonio de Albuquerque à região, os paulistas teriam tramado em tupi a morte do governador. “Apesar desses ocorridos, os emboabas foram exaltados como fiéis, e os paulistas detratados como indômitos”.<sup>23</sup> Não é o caso de aprofundarmos a compreensão sobre a Guerra dos Emboabas,<sup>24</sup> mas chamar atenção para o fato de que este conflito, bem como as animosidades entre paulistas e jesuítas, seus “abusos” contra as autoridades coloniais, ou mesmo o “sangue infecto dos paulistas”, alimentou a imagem negativa dos moradores de São Paulo. Não resta dúvida, afirma Adriana Romeiro, que a “legenda negra teve uma influência decisiva no malogro de suas aspirações. Sobre eles pesavam quase dois séculos de detração, cuja força e intensidade jogavam sombra sobre o reluzente feito dos descobrimentos do qual tanto se orgulhavam”.<sup>25</sup> Os direitos de conquistas evocados pelos paulistas, como haviam recorrido os homens bons da capitania de Pernambuco quando da reconquista ante os holandeses,<sup>26</sup> não foram suficientes para apagar a aura de selvagens indômitos que os cercam.

A fama (ou a infâmia) dos moradores de São Paulo foi positiva ou negativamente tratada conforme a conveniência, os interesses e os compromissos de governadores, memorialistas e cronistas históricos. Predomina, porém, a hostilidade. Ao narrar a Guerra dos Emboabas, o cronista e historiador Sebastião da Rocha Pitta (1660-1738) insistiu na “crueldade dos paulistas”, na “insolente turba”, na “ofensa contra Deus e delito contra el-rei”.<sup>27</sup> A percepção segundo a qual os homens do planalto paulista eram *mamelucos selvagens*, que viviam “nus, descalços, ligeiros como o vento, só com arco e flechas, entre matos, e árvores fechadas”<sup>28</sup> havia de fato se tornado uma imagem recorrente, como o relato de Rocha Pitta testemunha. Para ele, os moradores de

[...] Sabarabuçu,<sup>29</sup> Caeté e Rio das Velhas caminharam a buscar a Manuel Nunes Viana, e o elegeram por seu governador e de todos os povos das Minas, para refrear os insultos dos paulistas e os obrigar a viverem sujeitos ao jugo das leis do reino, e não às de seu próprio arbítrio, pelas quais só se governavam, enquanto el-rei por seus governadores e ministros os não punha na obediência de vassallos, com a observância dos seus reais preceitos.<sup>30</sup>

A construção de uma imagem negativa dos paulistas continuou forte no século XVIII. E não vinha apenas de cronistas luso-americanos, como atestam as palavras do “baiense” Rocha Pitta. Os ataques mais ferozes aos paulistas foram perpetrados pelo jesuíta francês Pierre-François-Xavier Charlevoix (1682-1761), autor da *História del Paraguay*, publicada em 1757, em seis tomos. O beneditino francês José Vaissette, autor de *História geográfica, eclesiástica e civil*, de 1755 também havia repercutido a fama dos homens de São Paulo. Mas nem Charlevoix, nem Vaissette criaram essas percepções, mas a retiraram da obra de Antônio Ruiz de Montoya, que publicou em Madri, no ano de 1639, o já citado *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Além de Montoya, Nicolau del Techo, autor de *Historia e Provincia e Paraguariae Societatis Jesu* (1673), e Francisco Xarque de Andela, autor de *Insignes Misioneros de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguay* (1687),

também alimentaram a imagem negativa acerca dos paulistas. Foram essas as obras que serviram de fonte para Charlevoix. Para ele, as virtudes da paisagem dos campos de São Paulo, como o clima e a fertilidade da terra, são contrabalançadas pelos vícios dos homens: a libertinagem e a rusticidade dos paulistas servia de vivo contraste com a beleza da natureza, obra divina, em tudo oposta às diabólicas ações dos mestiços dos campos de São Paulo.

[...] todas as terras são férteis, e dão muito bom trigo; [...] e assim não por outro motivo, que pelo espírito de libertinagem, e pelos atrativos da pilhagem, é que eles por longo tempo concorreram com fadigas incriveis, e contínuos perigos, essas vastas regiões bárbaras, que despovoaram de dois milhões de homens.<sup>31</sup>

Charlevoix, na sua *História del Paraguay*, enfatiza os efeitos perversos da miscigenação: “o mal era proveniente da colônia contígua de São Paulo, no qual o sangue dos portugueses tinha miscigenado com o dos brasileiros<sup>32</sup> [...] e desta mistura nasceu uma geração perversa [...]”.<sup>33</sup> Na *Conquista espiritual*, ainda na primeira metade do século XVII, apresenta os paulistas como “tigres raivosos” e “bestiais”, prontos para fazer guerra aos indígenas aldeados, a fim de aprisioná-los e vendê-los.

[...] quando toda essa terra se achava em plena paz e julgando-se, a partir de muitas e evidentes razões, que não seria possível entrassem nela esses homens paulistas, mesmo cinco anos antes determinada pessoa, à qual o céu havia revelado a destruição que fariam eles por ali, escreveu da seguinte forma num papel a um amigo seu, ocupado naquele ministério: “Dentro de cinco anos aparecerá por ali àquela gente perversa e, para comprová-lo, guarde este papel até que eles venham, pois então lho pedirei de volta!”. Mas, a quem passaria pela cabeça que cristãos houvessem de fazer guerra à fé de Cristo, a não ser que, desde já, digamos que sejam hereges?! É que nesse tempo os moradores de São Paulo, Santos, São Vicente e de outras Vilas da Costa do Brasil, se preparavam para virem com nova guerra e perturbarem a paz, cativarem e matarem cristãos, incendiarem templos, ferirem e maltrataram os sacerdotes, despojarem as igrejas e

porem fogo à virtude, bem como desarraigarem a religião cristã e plantarem uma sementeira de vícios detestáveis.<sup>34</sup>

Se, na altura das décadas de 1720 e 1730, a capitania de São Paulo, já sem as Minas de Ouro, era decadente ou próspera, é matéria controversa. A historiadora Ilana Blaj demonstra a emergência de uma importante rede de comércio.<sup>35</sup> De qualquer maneira, sabemos que de São Paulo partiram famílias inteiras, com seus agregados mamelucos para percorrer, muitas vezes por vias fluviais, a fim de explorar as minas de Goiás e Cuiabá, ou o comércio tropeiro e a criação de gado nos campos de Curitiba e Viamão. No entanto, o ressentimento paulista pelas derrotas e humilhações não deixou de crescer e se espalhar entre os homens bons da capitania.

Nas manifestações letradas luso-americanas do século XVIII – embora marcadas pela escolástica e pela prática retórica da *aemulatio*, cujo princípio central está na “emulação” dos grandes autores da tradição clássica<sup>36</sup> – já aparecem elementos da vida americana. As agremiações literárias setecentistas, como a Academia dos Esquecidos (1724), a Academia dos Felizes (1736), a Academia dos Seletos (1752) e a Academia dos Renascidos (1759)<sup>37</sup> dão sinais da emergência de sensibilidades locais. Letrados como Rocha Pitta, Nuno Marques Pereira, Santa Rita Durão, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, são exemplos de expressões luso-americanas ainda que circunscritas à cultura letrada do Antigo Regime. Expressões escritas das sensibilidades paulistas só ocorreriam nas últimas décadas do século XVIII. Era a resposta para os combates políticos do período, alimentada por “ressentimentos e ufanismos” herdados dos enfrentamentos históricos entre os paulistas e os outros. Letrados como Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme, nas últimas décadas do século XVIII atuaram no sentido de minimizar as querelas e disputas internas, bem como no de “dirigir a hostilidade aos espanhóis que rivalizavam nos territórios a Oeste e no Sul da colônia. Essas sensibilidades

foram manipuladas durante o governo de D. Luís Antônio Botelho Mourão, Morgado de Mateus”.<sup>38</sup>

Não é o caso de tratar dos “novos tempos” na capitania de São Paulo entre 1765 e 1775, nem avaliar as intervenções do Marques de Pombal e suas pretensões de explorar o território, povoar a região, fomentar a atividade econômica, fortalecer a defesa militar contra os espanhóis, especialmente no Prata;<sup>39</sup> nem de tratar das importantes intervenções urbanas na recriada capitania de São Paulo.<sup>40</sup> Mas notar como a “restauração” criou uma nova ânsima entre os letrados de São Paulo, já no período de declínio da atividade mineradora e do fortalecimento comercial de São Paulo.<sup>41</sup> Era momento oportuno para dar vazão às sensibilidades antes recalcadas e reivindicar uma nova imagem para os paulistas. Katia Abud afirma que a ausência de relatos dignificantes dos sertanistas de São Paulo vinculava-se a degradação de sua imagem, acusados da destruição e despovoamento das missões jesuíticas espanholas. Segundo a historiadora,

somente quando as minas de ouro foram descobertas, o que se dá já no final do século XVII, começaram a surgir os primeiros documentos resgatando a História das Bandeiras, seja sob a forma poética, sob o intento da informação, ou como relatos. A descoberta das minas deu às bandeiras a legitimidade que elas não tinham conseguido, e possivelmente nem mesmo almejado, com o apresamento dos índios<sup>42</sup>.

Era obra de homens como Pedro Taques, Frei Gaspar da Madre de Deus e mesmo Claudio Manuel da Costa buscaram edificar outra imagem sobre os sertanistas de São Paulo, em resposta da lenda negra que cercava os paulistas. Trata-se de descendentes dos antigos povoadores da capitania<sup>43</sup>. Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800), nascido em família patriciana de Santos, empenhou-se em construir uma imagem honrosa para a capitania de São Paulo. O beneditino vasculhou os arquivos de São Paulo, de Salvador da Bahia e do Rio

de Janeiro em busca da história da Capitania de São Vicente, depois São Paulo. O objetivo foi o de recolher testemunhos que pudessem demonstrar a honra, o valor e o prestígio dos velhos paulistas.

Em *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, obra de 1797, Frei Gaspar da Madre de Deus atacou diretamente um dos maiores difusores da lenda negra: “o jesuíta Charlevoix caminha por estrada escorregadiça como a de Vaissette; e bem se percebe que ambos beberam no mesmo charco”.<sup>44</sup> Como se sabe, os franceses setecentistas Charlevoix e Vaissette foram importantes difusores da imagem de rebeldes, violentos, mamelucos e libertinos que cercavam os velhos paulistas, como já aparecia nas páginas de seiscentistas do hispano americano Ruiz Montoya. Para Madre de Deus:

As paixões cegam os homens e ofuscam os entendimentos. Charlevoix era Jesuíta; tinha lido nos escritos de seus sócios as conquistas dos paulistas nas Aldeias sujeitas à extinta Companhia de Jesus, quando principalmente estávamos em guerra com a Espanha; sabia que os paulistas expulsaram da sua Capitania os mesmos Jesuítas; esta injúria era muito sensível a toda a Sociedade; os seus indivíduos não se descuidaram de encobrir as verdadeiras causas do seu extermínio e de representarem nos seus escritos os paulistas como iníquos e depravados, para que somente sobre eles recaísse todo o opróbrio. Todas estas razões de tal sorte enfureceram a Charlevoix contra os moradores da Capitania de São Vicente, que lhe faltaram às luzes intelectuais necessárias para discernir o verdadeiro do falso.<sup>45</sup>

Na referida obra, Madre de Deus, empenha-se em ressignificar as andanças dos sertanistas paulistas pelo continente, aproveitando-se dos esforços da Coroa em ocupar a imensidão colonial em fins do século XVIII. De caçadores índios, violentos e selvagens, os velhos paulistas são apresentados como bravos e fortes conquistadores, capazes de alargar as fronteiras luso-americanas. É preciso notar que o ufanismo nasceu do ressentimento, observa Michel Kobelinski.<sup>46</sup> Tratava-se, no caso, de transformar seus próprios antepassados em herdeiros da pequena nobreza portuguesa e heróis luso-americanos, que entre

outras vantagens, habilitava a elite velha de São Paulo a obter mercês e favores da Coroa.<sup>47</sup>

Emanam dos escritos de Madre de Deus relatos das conquistas territoriais e dos feitos militares dos paulistas seiscentistas. A sensibilidade ressentida, ciosos da reconstrução de sua reputação dos homens bons da capitania, bem no momento que o velho burgo piratiningano vivia um momento revalorização política, com as políticas pombalinas executadas pelo Morgado de Mateus (1765-1775), bem como pela pujança comercial lideradas por mercadores de origem reinol. Madre de Deus buscou desagrar a reputação dos antigos habitantes de São Paulo. Se, por um lado, admitiu a condição mameluca dos primeiros conquistadores, por outro, buscou retratá-los como audaciosos e valentes conquistadores do sertão, “enfrentando febre, chuva e, as feras da floresta”, cuja valentia e inteligência teriam proporcionado às bandeiras a conquista do território. A miscigenação dos primeiros tempos – e só dos primeiros tempos – entre portugueses e tupis teria proporcionado a formação da gente de São Paulo, “cujas raízes se encontram em João Ramalho e Tibiriçá, em Antônio Rodrigues e Piqueroibi”, nota Katia Abud.<sup>48</sup> O objetivo de Frei Gaspar da Madre de Deus não era outro senão contestar as narrativas de Charlevoix. Os primeiros mamelucos, ainda que “bastardos”, teriam gerado descendência fecunda, que daria em homens como Fernão Dias Paes Leme e Borba Gato.

Eram os mamelucos os melhores soldados dos exércitos assoladores das Missões: eles muitas vezes foram os Chefes das Tropas conquistadoras, e por eles mandavam seus pais atacar os índios bravos, por conhecerem a suficiência destes filhos bastardos, criados na guerra, e acostumados ao trabalho, e por isso mais robustos e mais aptos do que os brancos para suportarem os incômodos dos Sertões.<sup>49</sup>

Madre de Deus menciona reiteradamente os textos de Vaissete e Charlevoix como material contaminado com informações falsas e sem prova. Era necessária outra história, “verdadeira dos fatos antigos”.<sup>50</sup> Para Frei Gaspar,

a conquista das terras de Castela tornou os paulistas ainda mais dignos, em função dos serviços prestados ao rei de Portugal, pois diligentemente buscaram terra, ouro e metais pelos sertões. Se acabaram no pecado e na ilegalidade de cativar índios, o fizeram antes de tudo por lealdade ao rei.

Também é certo que os moradores da Capitania de São Vicente, principalmente os de Serra acima, se esqueceram algumas vezes das Leis Divinas e humanas respectivas à inteira liberdade dos índios; mas é necessário confessar que a esperança moralmente certa do perdão, e a experiência das condescendências com eles tantas vezes praticadas nesta matéria, por interesse do Estado, principalmente de Descobrimientos de ouro, sumariamente recomendados pela Corte aos paulistas, foi a causa principal de transgredirem as leis, abusando daqueles únicos casos em que as mesmas permitiam o cativo ou a Administração dos Índios.<sup>51</sup>

Em um aspecto Madre de Deus concorda com Charlevoix, o de serem os paulistas os descobridores de ouro. O frei beneditino admite os pecados e os crimes dos paulistas quanto a liberdade dos índios, embora lembre que não foram apenas os moradores de São Paulo que os escravizavam ilegalmente. Mas a grandeza dos feitos dos velhos paulistas os justificaria ou mesmo os redimiria.

[...] suas conquistas, são verdadeiras, os quais trabalhos e fadigas melhor compreendeu este francês [Charlevoix] do que alguns portugueses ingratos e invejosos que afirmam não serem dignos de prêmio os descobridores das minas e sertões, com o falso e escandaloso fundamento de que os paulistas antigos se recreavam e faziam gosto de discorrer pelas brenhas e terras incultas.<sup>52</sup>

Além de Madre de Deus, seu primo Pedro Taques de Almeida Paes Leme, emprestou sua pena à glória dos paulistas, ao conferir um lugar de honra aos paulistas antigos, em reação a má fama dos homens de serra acima. Autor de *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica* (1772) Pedro Taques descendia de antiga família. De acordo com Affonso de Taunay, entre seus antepassados estavam o Dom Francisco de Souza, o sétimo Governador Geral, e Brás Cubas. Era também sobrinho-bisneto de Fernão Dias Paes<sup>53</sup>. Os velhos sertanistas de

outrora são descritos como gente fidalga, herdeiros de antiga nobreza lusa transladada a Novo Mundo no tempo de Martim de Afonso de Souza, ainda nos idos do século XVI. Uma gente que fora capaz de conquistar índios bravos, territórios agrestes e descobrir minas de ouro para o rei de Portugal.

Diferente de Madre de Deus, que admite a mestiçagem na primeira geração, Pedro Taques em *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*, enfatizou a origem castiça e nobre dos paulistas, que teriam provindo das boas linhagens cristãs-velhas de Portugal, livres, pois, de qualquer mácula de sangue. Trata-se de construção retórica, ajustada ao *topos* aristocrático da nobreza ibérica. A descrição das honras de Fernão Dias Paes bem demonstra a busca de fidalguia para os paulistas mais ilustres:

Este paulista soube conciliar um grande nome e igual respeito com grande paixão ao real serviço em todas as ocasiões que se ofereceram dele, e o seu nome depois de encher as praças do Brasil, passou aos ouvidos dos srs. reis [...] porque [...] mereceu honrosas cartas de agradecimento firmadas pelo real punho...<sup>54</sup>

Nos escritos de Pedro Taques – como *Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania* [1768] e outros papéis – o ressentimento quanto à perda do controle das minas após a Guerra dos Emboabas é evidente. À maneira de Frei Gaspar, Pedro Taques contestou a perspectiva da legenda negra em torno dos paulistas propagada por Charlevoix e Vaissette, argumentando que o comportamento dos eruditos católicos franceses estava “arredado da verdade” e seria “odioso aos paulistas” por tratá-los como “mamelucos e lobos carniceiros contra os índios cristãos da redução dos padres da Companhia de Jesus”. Por isso, concluiu Pedro Taques, “não merece muito crédito no sucesso que relata”.<sup>55</sup> Para realçar a lealdade dos paulistas, Pedro Taques realça a fidelidade dos paulistas na restauração portuguesa. Na aclamação do Duque de Bragança como Dom Joao IV, os camaristas de São Paulo informavam ao rei que

os sertões da Capitania de São Paulo eram ricos de haveres incobertos, e ficavam dispostos os Vassalos Paulistas a penetrarem-nas para os descobrimentos de Ouro, e prata, porque esperavam que Sua Majestade tivesse nesta América outro Potoci como a Coroa de Castela [...].<sup>56</sup>

Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus, como aponta a historiadora Kátia Abud, escreveram ambos imbuídos do “orgulho de casta”, ou seja, estavam à “procura das provas de ascendência ilustre para a classe dominante, ameaçada pelo grupo de recém-chegados”,<sup>57</sup> como tropeiros, comerciantes portugueses, numa sociedade cada vez mais mercantilizada.<sup>58</sup> Também o poeta inconfidente Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), no seu *Fundamento histórico ao poema Vila Rica*, escrito em 1773, se insurgiu contra a “lenda negra”, creditando aos paulistas a imagem de leais vassalos, embora, paradoxalmente, atestasse a força da representação negativa sobre eles.<sup>59</sup>

Os naturais da cidade de São Paulo, que têm merecido a um grande número de geógrafos antigos e modernos serem reputados por uns homens sem sujeição ao seu soberano, faltos de conhecimento e respeito que devem às suas leis, são os que nesta América têm dado ao mundo as maiores provas de obediência, fidelidade e zelo pelo seu rei, pela sua pátria e pelo seu reino.<sup>60</sup>

Não é fortuito que o discurso historiográfico de Affonso de Taunay,<sup>61</sup> entre as décadas de 1920 e 1950<sup>62</sup> partiu justamente da apropriação das obras de Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus,<sup>63</sup> fontes fundamentais e incontornáveis na construção da moderna mitologia bandeirante.<sup>64</sup> O Museu Paulista, cuja conversão de museu de História Natural para museu histórico foi realizada pelo próprio Taunay, seu diretor entre 1917 e 1945, apresenta vigoroso discurso visual em torno dos bandeirantes<sup>65</sup> e de longe ecoa o discurso dos cronistas paulistas de fins do século XVIII. Essa apropriação foi facilitada pela postura de Pedro Taque e Madre de Deus, que já não se deixavam guiar como por postura providencialistas, mas valorizavam a documentação de época. Sobre

isso as palavras de Maria Beatriz Nizza da Silva, sobre Madre de Deus, são esclarecedoras: não se poderia “aceitar como verdadeiro aquilo que até então se escrevera sobre o Brasil, pois a descoberta e publicação de novos documentos vinham sem dúvida questionar a veracidade daquelas narrativas”.<sup>66</sup> Para um historiador metódico como Taunay, a valorização documental dava foro de verdade ao discurso de Taques e Madre de Deus, o que certamente facilitou na eleição desses cronistas como fontes fundamentais para ereção da epopeia bandeirante,

A historiografia paulista, sobretudo da primeira metade do século XX – de autores como Paulo Prado,<sup>67</sup> Roberto Simonsen<sup>68</sup> e mesmo Caio Prado Júnior<sup>69</sup> –, contribuiu para a tese da decadência de São Paulo no século XVIII. Afonso de Taunay partilhou desta perspectiva, mas notou que, “com a descoberta de ouro em Cuiabá afluía grande número de reinóis a São Paulo e os descendentes dos velhos clãs vicentinos lhes faziam frente às pressões açambarcadoras de postos e cargos. Uniam-se os Pires aos Camargos contra as pressões emboabas e *frausterios*”.<sup>70</sup> De fato, tem sido bem documentado a presença de reinóis dedicados ao comércio no século XVIII. Esse aporte empírico e analítico recebeu grande investimento historiográfico – desde Sérgio Buarque de Holanda,<sup>71</sup> Mafalda Zemella,<sup>72</sup> e, mais recentemente, os já citados trabalhos de Ilana Blaj<sup>73</sup> e Maria Aparecida de Menezes Borrego.<sup>74</sup>

Não é o objetivo deste artigo discutir questões de fundo econômico, mas é fundamental notar a forte presença de reinóis na capitania de São Paulo ao logo do século XVIII, sempre ávidos por cargos na Câmara, na Santa Casa da Misericórdia e outras posições de prestígio e honra. A novidade representada pela força política e econômica desses novos agentes sociais, em competição com a “nobiliarquia paulistana”, ou seja, com os descendentes dos “Pires e Camargos”, na metáfora de Taunay, certamente ajudou a alimentar a produção letrada Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus, homens que souberam dar vazão às sensibilidades e ao res(sentimento) das velhas famílias rurais da

Capitania, de onde saíram os sertanistas seiscentistas, inclusive Fernão Dias Paes Leme, o “descobridor das Minas” e antepassado de Pedro Taques.

A restauração da imagem dos antigos paulistas pelos cronistas do final do século XVIII atende a múltiplos interesses. Serve, por um lado, para resgatar ante a Coroa e outros luso-americanos a imagem dos velhos homens de São Paulo que, agora, passariam a ser representados como briosos, valentes e arrojados, e não mais os selvagens mamelucos, a maneira que os jesuítas os pintaram. Aliás, era mesmo o momento propício para refazer a imagem dos paulistas – agora que os padres inacianos, velhos inimigos dos paulistas estavam em ruínas, expulsos do império português desde 1759. Aliás, Pedro Taques havia publicado *Notícia histórica da expulsão dos jesuítas do collegio de São Paulo em 1640*, obra de 1768, onde atacou os inacianos ancorando-se em documentos. Se o discurso valia para fora, também valia pra dentro. Nesse sentido, servia para lembrar aos “emboabas” das últimas décadas do século XVIII – ou seja, os reinóis que competiam com as velhas famílias por cargos e honras na vila de São Paulo de Piratininga. Premidos pela concorrência com os mercadores lusos, recém-chegados, era preciso lembrar-lhes o valor das famílias mais antigas da terra.<sup>75</sup>

Não é, portanto, fortuito que a historiografia de Affonso de Taunay operacionalizou determinada apropriação das obras de Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus, já submetido a interpretação histórica ajustada a outra temporalidade histórica, própria da primeira metade do século XX. Não custa relembrar aqui que muito antes da gigantesca *História Geral das Bandeiras Paulistas* (editadas entre 1924 e 1950), Taunay dedicou grande atenção às obras de frei Gaspar da Madre de Deus<sup>76</sup> (1915) e de Pedro Taques<sup>77</sup> (1922), as quais o antigo diretor do museu paulista reputava como fontes fundamentais e incontornáveis para história de São Paulo.<sup>78</sup> Essa operação historiográfica,<sup>79</sup> que conecta o final do século XVIII e a primeira metade do século XX, está na base da construção da moderna mitologia bandeirante.<sup>80</sup> O próprio Museu Paulista construiu um vigoroso discurso visual em torno dos bandeirantes<sup>81</sup> que, de longe, com doses

elevadas de anacronismo, ecoa o discurso dos cronistas paulistas de fins do século XVIII. A memória dos antigos paulistas é um assunto de grande repercussão no ao longo século XX<sup>82</sup> e ainda hoje é objeto de acerba politização. As recentes pichações do Monumento às bandeiras (Brecheret, 1953), evidencia a politização e atualidade do assunto.

## Notas

---

\* Alberto Luiz Schneider é Professor de História do Brasil da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2005), com Pós-Doutorado no King's College London (2008) e no Departamento de História da Universidade de São Paulo - USP (2011). Foi professor convidado na Tokyo University of Foreign Studies (2004-2007). Publicou o livro: *Sílvio Romero, hermenêuta do Brasil* (São Paulo: Annablume, 2005), além de diversos artigos no Brasil e no exterior. E-mail: alberto.ls@uol.com.br

<sup>1</sup> A Capitania Hereditária de São Vicente, cuja primeira cabeça foi a vila homônima localizada na porção sul da América portuguesa, não foi a única capitania que esteve na origem do que posteriormente se constituiu na Capitania Real de São Paulo. Outras capitanias, como as de Santo Amaro e a de Itanhahém, foram aglutinadas ao longo do tempo - e após longos processos judiciais – culminaram na Capitania Real de São Paulo. Após a Guerra dos Emboabas (1707-1709), a Coroa portuguesa adquiriu a Capitania de São Vicente do Marquês de Cascais e, mesmo sem acordo com os donatários das outras capitanias, fundou a Capitania de São Paulo das Minas de Ouro. Em 1720, após a revolta de Vila Rica, a Coroa desmembrou a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, criando a nova capitania de Minas Gerais, bem como a já citada Capitania Real de São Paulo. Em 1748 a capitania de São Paulo passou a ser subordinada à do Rio de Janeiro. Só em 1765 a Capitania de São Paulo recuperou sua autonomia, sob a administração de Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o terceiro Morgado de Mateus. Sobre a intrincada história que culminou a capitania de São Paulo e a própria eleição de São Paulo de Piratininga como cabeça da capitania, ver: TORRÃO FILHO, A. “A marinha destronada: ou a famigerada São Vicente derrotada pela Rochela paulista. A afirmação de São Paulo como cabeça de capitania (1681-1766)”. *História* (São Paulo), vol. 30 n°1, p.148-173, 2011.

<sup>2</sup> Sobre o périplo de Dom Luís de Céspedes Xerria no caminho entre o Rio de Janeiro e Assunção, passando por São Vicente, São Paulo e descendo o Rio Tiete, ver:

BOXER, C. R. **Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. pp. 83-123.

<sup>3</sup> TAUNAY, A. de. **História das bandeiras paulistas**. Tomo 1. São Paulo: Melhoramentos, 1975. p. 39

<sup>4</sup> *ibid.*, pp. 45-46.

<sup>5</sup> WEHLING, A. (org.). **Documentos Históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1999. p. 70.

<sup>6</sup> Cf. “Informação Anônima do Brasil”. BNP. Códice 3, folha 209. Apud SOUZA, L. de M e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>7</sup> Apud AZEVEDO, J. L. (org.). **Cartas do Padre Vieira**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. pp. 135-137.

---

<sup>8</sup> VIEIRA, A. **Carta ao Padre Provincial**, 1653, Maranhão. Ver: VIEIRA, A.; S. J.; AZEVEDO, J. L. de (org.). **Cartas**. 2 v. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.

<sup>9</sup> Sobre a Guerra dos Bárbaros, ver: PUNTONI, P. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec / EDUSP / FAPESP, 2000; SILVA, K. V. **Nas Solidões Vastas e Assustadoras – A Conquista do Sertão de Pernambuco pelas Vilas Açucareiras nos Séculos XVII e XVIII**. Recife: CEPE, 2009.

<sup>10</sup> ALENCASTRO, L. F. de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 239.

<sup>11</sup> TAUNAY, A. de, op. cit., p. 157.

<sup>12</sup> ROMEIRO, A. **Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. p. 242.

<sup>13</sup> Carta de João da Cunha Souto-Maior. Olinda, 3 de Março de 1687. In WEHLING, A. (org.). **Documentos Históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1999. p. 74.

<sup>14</sup> Cf. **Documentos Históricos**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. v. 34. p. 84. Apud SOUZA, 2006. Op. cit., p. 115.

<sup>15</sup> Sobre o assunto, ver RUSSEL-WOOD, A. J. R. Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leitura do Códice Costa Matoso. **Varia História**, Belo Horizonte, No. 21, Jul, 1999.

<sup>16</sup> Sobre o assunto, ver HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>17</sup> [Apud] ENNES, E. As **Guerras nos Palmares: subsídios para sua história**. São Paulo: Editora Nacional, 1938. p. 326.

<sup>18</sup> [Apud]. ROMEIRO, A. op. cit., p. 234.

<sup>19</sup> *ibid.*, p. 238.

<sup>20</sup> *ibid.*, 2008. p. 238, p. 240.

<sup>21</sup> Carta autografa de Domingos Jorge Velho escrita do Outeiro da Barriga, campanha dos Palmares. 1694. Apud. ENNES, E. As Guerras nos Palmares: subsídios para sua história. Editora Nacional, 1938. p. 205.

<sup>22</sup> ROMEIRO, op. cit., pp. 226-275.

<sup>23</sup> SOUZA, L. de M. e. **Vícios, Virtudes e Sentimento regional: São Paulo, da Lenda Negra à Lenda Áurea**. **Revista de História**, 142-143. Especial 50 Anos. São Paulo: USP, 2000. p. 265.

<sup>24</sup> Sobre a Guerra dos Emboabas, ver: ROMEIRO, op. cit., 2008; BOXER, C. **A Idade de Ouro do Brasil: dores do crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 [1. ed. Inglês, 1962]; GOLGHER, I. **Guerra dos Emboabas: a Primeira Guerra Civil nas Américas**. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1982.

<sup>25</sup> ROMEIRO, op. cit., pp. 226-251.

<sup>26</sup> MELLO, E. C. de. Loja X engenho. In: **A Fronda dos Mozambos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 123-187.

<sup>27</sup> PITTA, S. da R. **História da América portuguesa**. Lisboa: Francisco Arthur da Silva, 1880. p. 269.

<sup>28</sup> Apud PUNTONI, 2000. op. cit., p. 198-199.

<sup>29</sup> N. do A. Sabarabuçu é termo que significa “Serra Resplandecente, serra que brilha”, em tupi.

<sup>30</sup> PITTA, 1880. op. cit., p. 271.

<sup>31</sup> CHARLEVOIX, Pierre-François-Xavier. **Historia del Paraguay**. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1910. p. 119.

<sup>32</sup> “Brasileiros”, aqui, significando a nativos autóctones.

<sup>33</sup> CHARLEVOIX, 1910. Op. cit., p. 3.

<sup>34</sup> MONTROYA, A. R. de. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. p. 271.

<sup>35</sup> Sobre o assunto, ver: BLAJ, I. **A Trama das Tensões – O Processo de Mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP / FAPESP, 2002.

- 
- <sup>36</sup> HANSEN, J. A. Notas sobre o 'Barroco'. **Revista do IFAC**. Ouro Preto: Instituto de Filosofia Artes e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto, n. 4, dez. 1997, pp. 11-20.
- <sup>37</sup> Sobre o assunto ver: KANTOR, I. **Esquecidos e na Renascidos: historiografia acadêmica luso americana**. São Paulo: Huicitec, 2004.
- <sup>38</sup> KOBELINSKI, M. **Heroísmos, sedições e heresias: a construção do ufanismo e do ressentimento nos sertões da capitania de São Paulo (1768-1774)**. Tese de doutorado. Franca: Unesp, 2008. p. 59.
- <sup>39</sup> KOK, G. P. **O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2004. p. 52.
- <sup>40</sup> Sobre o assunto, ver: TORRÃO FILHO, A. **Paradigma do caos ou cidade da conversão? São Paulo na administração do Morgado de Mateus**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.
- <sup>41</sup> BORREGO, M. A. de M. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. São Paulo: Alameda, 2010.
- <sup>42</sup> ABUD, K. M. **O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições**. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese de doutorado, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1985. p. 32.
- <sup>43</sup> Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus eram paulistas que descendiam de velhas famílias de São Vicente, cujos antepassados remontam século XVI. Embora o pai de Cláudio Manuel da Costa, mas nascido na capitania de Minas, era filho de reinol, mas mãe fora paulista de Taubaté, de velha família paulista. Sobre o poeta ver. SOUZA, Laura de Mello. **Cláudio Manuel da Costa: o letrado dividido**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- <sup>44</sup> MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. **Memórias para a história da Capitania de São Vicente**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975. p. 130. [1797]
- <sup>45</sup> Idem, p. 105.
- <sup>46</sup> KOBELINSKI, op. cit., pp. 55-90.
- <sup>47</sup> Sobre o assunto, ver QUEIROZ, M. I. P. de. Ufanismo Paulista. **Revista USP**. Amazônia. São Paulo: CCS, 1992, n. 13, pp. 78-87, marco-maio 1992.
- <sup>48</sup> ABUD, K. M. **O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante**. São Paulo, 1985. 342f. Tese (Doutoramento em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo. p. 95.
- <sup>49</sup> MADRE DE DEUS, 1975. [1797] op. cit., p. 131.
- <sup>50</sup> *ibid.*, p. 117.
- <sup>51</sup> *ibid.*, p. 135.
- <sup>52</sup> *idem.*
- <sup>53</sup> Sobre o assunto, ver TAUNAY, A. de. Pedro Taques e seu tempo: Estudo de uma personalidade e de uma época. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. Tomo 1. 1922.
- <sup>54</sup> LEME, P. T. de A. **Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica**. 3ª ed. São Paulo: Martins Editora, 1954. p. 61.
- <sup>55</sup> LEME, P. T. de A. P. **Notícia histórica da expulsão dos jesuítas do Colégio de São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1929. [c. 1768] p. 178/179. Também há registro de uma primeira edição datada de 1849, publicada pela R IHGB, em seu volume 12.
- <sup>56</sup> LEME, P. T. de A. P. **Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953. p. 40
- <sup>57</sup> ABUD, 1985. op. cit., pp. 90-91.
- <sup>58</sup> Cf. BLAJ, 2002. op. cit.
- <sup>59</sup> Para maiores informações, conferir: SOUZA, L. de M. e. São Paulo dos vícios e das virtudes. In: *O sol e a sombra...*, Op. cit., pp. 109-147; \_\_\_\_\_, op. cit., 2011; LIMA, D. E. de. **A épic de Cláudio Manuel da Costa: uma leitura do poema Vila Rica**. 2007. 245f. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo.

- 
- <sup>60</sup> COSTA, C. M. da. **Fundamento histórico ao poema Vila Rica**. In: **Obras Poéticas**. 2 v. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1903. p. 152.
- <sup>61</sup> TAUNAY, op. cit., 1922, pp. 1-286.
- <sup>62</sup> Para um balanço da obra de Afonso de Taunay, ver: ANHEZINI, K. **Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.
- <sup>63</sup> TAUNAY, A. op. cit., 1915, pp. 221-242.
- <sup>64</sup> Sobre o tema, ver: FERREIRA, A. C. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002; BLAJ, I. **Mentalidade e Sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial**. **Revista de História**, 142-143. Especial 50 Anos. São Paulo: USP, 2000; RAIMUNDO, S. L. **Bandeirantismo e identidade nacional**. In: **Terra Brasilis** [Online], 6 (2004). QUEIROZ, M. I. P. de. op. cit., pp. 78-87.
- <sup>65</sup> Sobre o Museu Paulista, ver BREFE, A. C. F. **O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional**. São Paulo: Editora UNESP/ Museu Paulista, 2005.
- <sup>66</sup> SILVA, M. B. N. da. **Frei Gaspar da Madre de Deus ou a controvérsia da História**. **Revista do IHGSP**, vol 56, 1986, pp. 26-42.
- <sup>67</sup> PRADO, P. **Paulística**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (1ª Ed. 1926).
- <sup>68</sup> SIMONSEN, R. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. São Paulo: Editora Nacional, 1937.
- <sup>69</sup> PRADO JÚNIOR, C. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- <sup>70</sup> TAYNAY, A. de. **História da cidade de São Paulo no século XVIII**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1931, p. 41.
- <sup>71</sup> HOLANDA, S. B. **Movimentos da população em São Paulo no século XVIII**. **Revista do IEB**, No. 1, 1966.
- <sup>72</sup> ZEMELLA, M. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.
- <sup>73</sup> BLAJ, I. op. cit., 2002.
- <sup>74</sup> BORREGO, M. A. de M. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. São Paulo: Alameda, 2010.
- <sup>75</sup> Sobre o assunto, ver: ABUD, K. **A ideia de São Paulo como formador do Brasil**. In: FERREIRA, C. F. et al (org). **Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: Editora da Unesp, vol. 1, 1997. pp. 71-80.
- <sup>76</sup> TAUNAY, A. de. op. cit., 1915, pp. 221-242.
- <sup>77</sup> TAUNAY, A. de. op. cit., 1922, pp. 1-286.
- <sup>78</sup> Para um balanço da obra de Afonso de Taunay, ver: ANHEZINI, K. op. cit..
- <sup>79</sup> CERTEAU, M. de. **Operação historiográfica. A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. pp. 56-108.
- <sup>80</sup> Sobre o tema, ver: FERREIRA, A. C. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002; BLAJ, op. cit., 2000, pp. 142-143; RAIMUNDO, S. L. **Bandeirantismo e identidade nacional**. **Terra Brasilis** [Online], 6 (2004). QUEIROZ, M. I. P. de. **Ufanismo Paulista**. **Revista USP**. Amazônia. São Paulo: CCS, 1992, n. 13, pp. 78-87, março-maio 1992.
- <sup>81</sup> Sobre o museu paulista, ver BREFE, A. C. F. **O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional**. São Paulo: Editora UNESP/ Museu Paulista, 2005.
- <sup>82</sup> Sobre o assunto, ver: TORRÃO FILHO, A. **A sétima porta da cidade: memória, esquecimento e ressentimento na história de São Paulo**. **História & Perspectivas**, Uberlândia, vol. 31, Jul./Dez. 2004, pp. 127-152.